

Na presidência do grupo, Brasil deve encarar financiamento a países pobres como missão

Em 2009, os países ricos prometeram contribuir com US\$ 100 bilhões por ano para ajudar os mais pobres a executar projetos para reduzir suas emissões de carbono na atmosfera. Tal ajuda deveria ter sido concedida entre 2020 e 2025. Passados mais de três anos do prazo inicial, a promessa ainda não foi cumprida. De acordo

de energia limpa é preciso aumentar os investimentos de US\$ 1,8 trilhão para US\$ 4,5 trilhões a cada ano. Se, como defende Corrêa do Lago, todos os investimentos levarem em consideração a necessidade de corte nas emissões, pode-se chegar a algo entre US\$ 9 trilhões e US\$ 10 trilhões anuais.

O Brasi criou no G20 uma força-tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Um de seus objetivos é facilitar o financiamento privado aos planos de transição ecológica. Corrêa do Lago copreside essa força-tarefa, com representantes dos ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Banco Central. Está mais do que na hora de tratar como prioridade a definição das estruturas de financiamento da transição para uma economia baseada em energia limpa.

decisão do Congresso em favor dos argumentos de empresários e de uma tabuleta entreteixo muito vinha sendo o que o Legislativo aprovava a maioria dos parlamentares. E, se aliada, mas o Executivo não se baseou sem qualquer dúvida. O Executivo voltou à carga com uma medida provisória do mesmo teor, mesmo depois de não afrontar a vontade.

O presidente do Senado, apoiadores mais conhecidos e a medida provisória faz temas importantes do pelo ministro da Fazenda aspectos, fundamenta-se depois, o que parece tempo para negociar a lei.

Mas a Advocacia Geral surpreendeu os parlamentares com uma proposta direta de Inconstitucionalidade 14-03-03, assinada pelo ministro da Justiça, e, ela foi distribuída para os ministros. No dia seguinte foi um dia depois se iniciou. Pouco mais de 48 horas depois de o relatório acompanhado de relator Mendes, Luis Roberto Barroso e a rapidez da tramitação os primeiros votos foram

de desonerar a toima de pagam...
...a economia...
...Executivo e Judiciário que h...
...da liderança pelo presidente Lu...
...Ocorrência com apoio da ampla...
...tras, inclusive de boa parte da...
...ativo veto. Voto que foi determi...
...a, mas, mesmo assim, o...
...a, editando, em pleno recesso,...
...a para reanotar a falta, insisten...
...dos legisladores.

...ado, Rodrigo Pacheco, um dos...
...do. No entanto, antes que...
...se editada após a aprovação de...
...a agenda econômica proposta...
...ado, Fernando Haddad. Alguns...
...s, só estariam em vigor me...
...a indicar a vontade de ganhar...
...o Congresso.

...eral da União (AGU) pegou de...
...dulares ao protocolar uma Ação Di...
...re (ADI) no STF no dia 24,...
...o presidente Lula. No final da...
...a para prevenção ao ministro Za...
...a, mas a decisão não se deu...
...o julgamento no plenário vir...
...horas após o protocolo, e 24 ho...
...receber a ação, já havia 4 votos...
...to: ministros Flávio Dino, Gil...
...nistrador Eros Roberto Grau e...
...a, a definição do relator, e...
...tes que o ministro Luiz Fux pe...

Jogo combinado

Mas a Advocacia Geral da União (AGU) pegou de surpresa os parlamentares ao protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF no dia 24, às 14:03h, assinada pelo presidente Lula. No final da tarde, ela foi distribuída por prevenção ao ministro Zaznin. No dia seguinte a tarde foi concedida a liminar, e um dia depois se iniciou o julgamento no plenário virtual. Pouco mais de 48 horas após o protocolo, e 24 horas depois de o relator receber a ação, já havia 4 votos acompanhando o relator: ministros Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin.

firmar como a afronta ao Parlamento

A própria AGU reconheceu nos autos da ADI nº 7.587 que a ação perdeu seu objeto em relação à reorganização. Para forçar uma prevenção, a AGU inseriu nesta nova ADI um pedido de declaração de constitucionalidade de justamente daquelas disposições da MP que ainda estão em vigor. O correto seria a ação ter ido à livre distribuição, por sorteio, entre os dez ministros da Corte, atendendo ao princípio do *juz natural*. Só assim a sociedade teria certeza de que não foi "escolhido" um ministro para o julgamento do assunto.

A base da nova ADI, além do mais, é equivocada, pois não houve aprovação de novo benefício fiscal, não sendo, portanto, necessário indicar a proveniência do dinheiro, que já está previsto, pois a desoneração vigora há mais de dez anos. O próprio STF, quando no governo Bolsonaro a AGU questionou a prorrogação da desoneração, discordou dessa tese, e o então ministro Ricardo Lewandowski já se acolheu a limitação estatística.

O Congresso, através de seu presidente, Rodrigo Pacheco, entrou com um recurso no próprio Supremo, enquanto o julgamento está suspenso pelo pedido de vista do ministro Luiz Fux. Ainda não se sabe se a decisão do STF será definitiva, mas o que a atitude do governo não se confirme como uma afronta política ao Parlamento.

Menos de um mês depois de operação contra maior grupo especializado em 'ransomware', ele voltou a ameaçar

No início do ano, a operação incomum, a polícia federal de 40 países — incluindo três das mais célebres corporações policiais do planeta: o FBI americano, a Agência Nacional de Combate ao Crime do Reino Unido e a Europol da União Europeia — uniu esforços numa ação coordenada para prender o criminoso de Loxchitz, considerado o maior grupo mundial especializado em sequestrar computadores para pedir resgate (modalidade de crime conhecida como *ransomware*). Acusado de ser responsável pelo ataque digital a mais de 1.700 organizações privadas ou públicas nos Estados Unidos, o Loxchitz já abteve, segundo o FBI, US\$ 15 milhões em pagamentos, sem correr nenhum dos riscos associados a crimes como sequestros ou assalto a bancos.

—, os Correios britânicos e até o Banco Comercial e Industrial da China (ICBC), numa invasão que perturbou os mercados financeiros e resultou no pagamento de um resgate de valor estimado em milhões de dólares. Em geral, o dinheiro é transferido em criptomonedas, de modo a não deixar rastros. Só depois as informações criptografadas e bloqueadas são liberadas nos computadores.

ques de ransomware. O Brasil foi o sexto país do mundo com mais ataques desse tipo. A maioria das vítimas (85%) confirmou ter sofrido perdas financeiras para voltar a operar. Dados revelaram ter pagado resgate entre US\$1 milhão e US\$5 milhões. As empresas ainda arcam em média com mais US\$1,9 milhão pelo custo da inatividade.

Como brasileiros estão entre os que mais aceitam pagar resgate, o país é ainda mais visado. Por isso as empresas brasileiras precisam cuidar melhor da própria segurança digital. É essencial implantar uma cultura robusta de zelo por informações sigilosas ou sensíveis, cuidados de backup e procedimentos para minimizar da atualização dos sistemas, manter backups em dia e, sobretudo, treinar funcionários para que não cliquem em links ou ane-

atendendo ao princípio da proporcionalidade, teria certeza de que não estaria no julgamento.

A base da nova ADI, que não houve aprovação do, portanto, necessário, que já está por mais de dez anos no Belsonaro a AGU, soneração, discordo, cardo Lewandowski.

Além disso, estudando a tramitação da política de desconexão, diversos setores até o pacto financeiro na cadafalho foi estimado, positivo da desconexão, libes, pelos mais de 2022 com arrecadação sonerados. Portanto, a declaração de inconstitucionalidade.

O Congresso, através do Pacheco, entrou no Supremo, enquanto pelo pedido de vista, há tempo de vista, que a atitude do governo afronta política.

do (o) futuro. São assim a maioria dos que se "escaldou" no projeto do assalto.

Enquanto isso, é equivocada, pois não tem benefício fiscal, não se pode indicar a proveniência do dinheiro, pois a desoneração vigorava antes da CTE, quando não se questionou a proteção da despesa terna, e o então ministro Rodrigo acolheu a liminar pleiteada.

Os impactos tributários do projeto de lei que prorrogou a validade da lei de pagamentos dos impostos mostra que não há prorrogatio. O impacto na arrecadação é de R\$ 9,4 bilhões, mas o efeito líquido é de R\$ 10 bi 500 mil empregos gerados em decorrência dos tributos dos 17 setores de maior desenvolvimento econômico do país.

Além disso, o ministro Rodrigo, com um recurso no próprio julgamento está suspenso do ministro Luiz Fux. Ainda o Conselho Constitucional, para o governo não se confirme como o ato ao Parlamento.

[illegible]